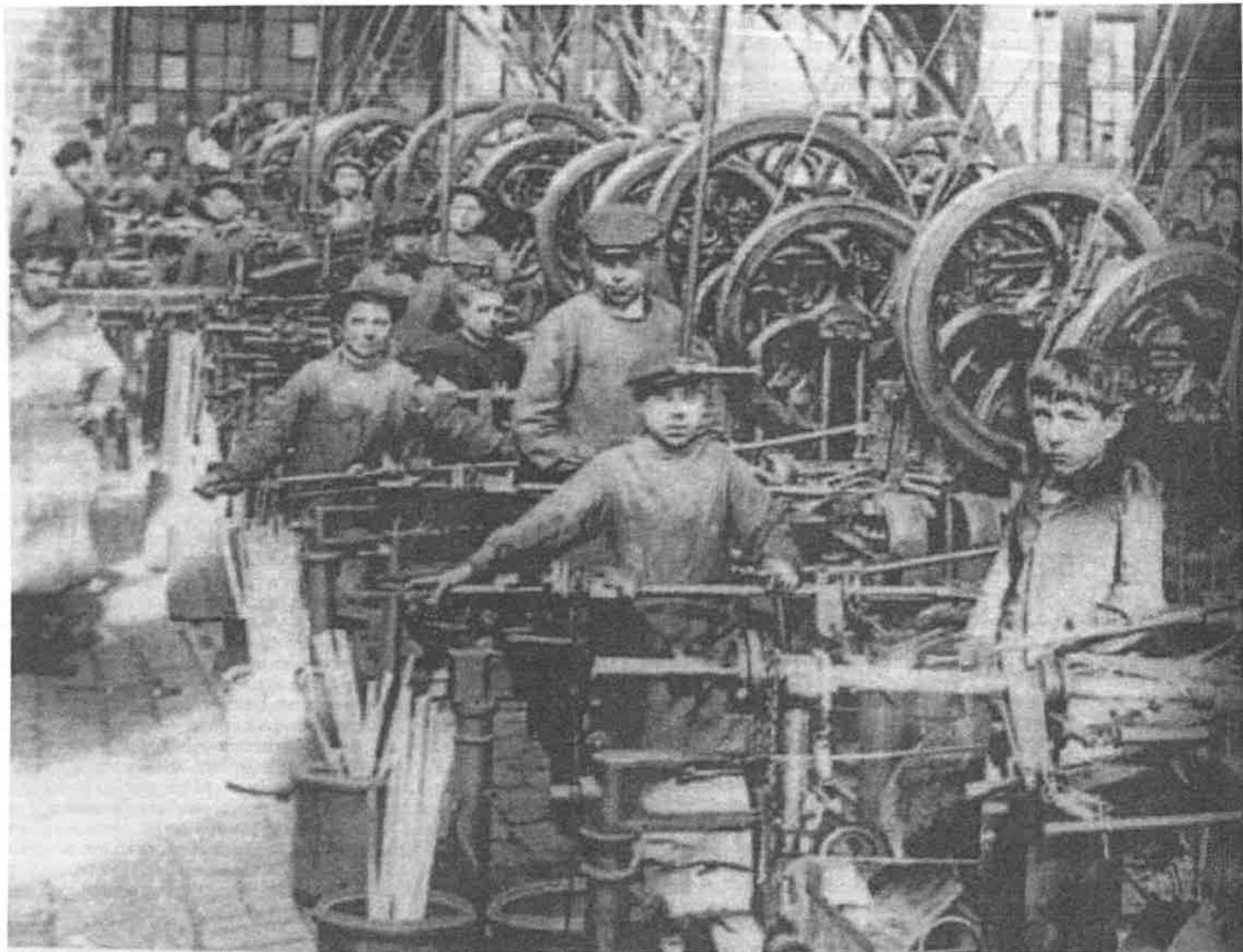


GERMINAL

Boletim n. 2, 06/2008-Grupo de Estudos e Pesquisas Marxismo, História, Tempo Livre e Educação (MHTLE)

ISSN 1982 - 9787



Mulheres e crianças operárias recebiam salários inferiores àqueles pagos a homens adultos. Nesta fotografia, vemos crianças trabalhando numa fábrica de Ferramentas na França de 1880.

GERMINAL (1885)

“Étienne deixou o caminho de Vandame e pegou a estrada asfaltada. À direita, via Montsou; à sua frente estavam os escombros da Voreux, o buraco maldito onde três bombas trabalhavam sem parar. Em seguida avistava as outras minas no horizonte — Vic-toire, Saint-Thomas e Feutry-Cantel —, enquanto ao norte as chaminés dos altos-fornos soltavam fumaça no ar transparente da manhã. Se não quisesse perder o trem das oito horas devia se apressar, pois ainda tinha seis quilômetros pela frente.

Debaixo de seus pés, prosseguiram os golpes profundos das picaretas. Os mineiros estavam todos lá, embaixo da terra, e ele os ouvia como se o estivessem seguindo. O sol de abril brilhava em toda a sua glória, aquecendo a terra, em que germinavam sementes. A vida

desabrochava com toda a força, os brotos apareciam em folhas verdes, a relva nascia. Em toda parte as sementes cresciam e brotavam para fora da terra, em busca de luz e calor. E ainda, cada vez mais distintamente, como se estivessem se aproximando do sol, os operários cavavam. Aos raios inflamados do sol, naquela manhã de juventude, o campo estava tomado por aquele rumor. Os homens brotavam, era um exército coberto de carvão, vingador, que germinava lentamente da terra, para crescer nas colheitas do século seguinte. A germinação daquele exército logo faria explodir a terra (Germinal. Cia das Letras, 2000, p. 237-238)”.

O trecho acima foi extraído do romance naturalista *Germinal* de Emile ZOLA (1840-1902).

Universidade Estadual de Londrina Biblioteca

Boletim

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS

Linhas de Pesquisa

Boletim

Germinal

Biblioteca

MARXISMO, HISTÓRIA, TEMPO LIVRE E EDUCAÇÃO

Linhas de Pesquisa

Biblioteca

Boletim

Germinal

Biblioteca

Equipe

Universidade Estadual de Londrina



O Modo de Produção da Vida e a Ciência...

Elza Peixoto

Após termos reafirmado, no Editorial de Máuri de Carvalho em nosso número 1: *Marxismo Sim!*, neste segundo número de *Germinal* apresentamos e colocamos em discussão o referencial teórico e político que adotamos como eixo norteador dos trabalhos do Grupo de Estudos e Pesquisas *Marxismo, História, Tempo Livre e Educação*. Referimo-nos à Concepção Materialista e Dialética da História que temos buscado apreender diretamente no estudo da obra conjunta de Marx e Engels, através do Projeto 04927 *Estudo da categoria modo de produção da existência na obra de Marx e Engels e suas implicações para a compreensão da problemática do lazer*.

Determinados a transformar o mundo, Marx e Engels explicitam sua gnosiologia segundo a qual qualquer possibilidade de conhecimento da verdade objetiva está determinada pela escolha da prática como critério de verdade. Dizem na VIII Tese sobre Feuerbach: "A vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que induzem a teoria ao misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão dessa prática" (MARX, *Teses sobre Feuerbach*, 1845 - Boitempo, 2007, p. 539). Ao tomar a práxis humana como critério de verdade, consideram, em última instância, como fator decisivo na história, a produção e a reprodução da vida (ENGELS, Prefácio à Primeira Edição de *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, 1884). Apontam claramente que a primeira condição de toda a história humana é a existência de seres humanos vivos, e que muitos antes de os homens possuírem consciência, religião e tudo o que se quiser como (sinal de) distinção entre os homens e os animais (...) só começa a existir quando os homens iniciam a produção dos seus meios de vida (MARX e ENGELS, *A ideologia alemã*, 1845-1846, Presença/Martins Fontes, p. 18). Materialistas, Marx e Engels reforçam que as cadeias reais que mantêm o homem aprisionado, não estão no que os homens pensam, não estão nas ilusões das suas consciências, mas na realidade concreta, nas condições materiais a partir das quais desenvolvem a sua ação, a sua prática. A prática diária da produção e da reprodução da vida, ou seja o trabalho diário de produção da existência, conforme determinações históricas construídas pelos próprios homens.

Orientados pelos pressupostos gnosiológicos (teoria do conhecimento), ontológicos (teoria da origem do ser) e axiológicos (teoria sobre as motivações para as ações humanas) do marxismo, propomo-nos realizar uma reflexão para a ação que ultrapasse os objetos tomados do mundo real e mumificados pelo positivismo ou reificados pela feñomenologia, recolocando-os ali mesmo nas condições objetivas que os constituem. Para nós, está em questão o fazer ciência sobre a problemática do lazer, da ginástica, dos jogos, do esporte, das lutas, da saúde, do rendimento etc. nas condições históricas objetivas que tomamos legadas pelo trabalho de nossos antepassados. Trata-se de fazer ciência nas condições que nos permitem o grau de desenvolvimento das forças produtivas - na forma do marxismo como teoria mais avançada para a interpretação da produção da existência nos dias de hoje e das mais avançadas tecnologias de comunicação e informação - em contradição com o modo como estas tecnologias são apropriadas e distribuídas na lógica das relações de produção capitalistas, realidade mais ampla em que se constituem as condições de trabalho de estudantes, docentes e funcionários no CEFE.

Ora, a ordem do capital é a da privatização dos meios de produção. Ou seja, uma classe que pela rapina adquiriu imenso poder econômico preserva este poder tomando dos trabalhadores todos os meios necessários à manutenção de sua existência, de modo a que, para obtê-los, os trabalhadores tenham que a eles vender sua força de trabalho, em troca de um salário, para a produção de bens que ele só poderá obter para si mesmo (mesmo o tendo produzido) dando por eles parte do seu salário. Estas relações de produção estão presentes em todas as instituições da sociedade capitalista, incluindo a Universidade, cuja tarefa histórica é a pesquisa, o ensino e a extensão. Tal e qual na sociedade de um modo mais amplo, também na Universidade, os frutos da classe trabalhadora vêm sendo privatizados sob os mais variados pretextos e interesses. Para acessar os frutos do seu trabalho a classe trabalhadora tem de pagar pelos serviços que a Universidade deve prestar de forma gratuita (citamos como exemplo o NAFI, os cursos de especialização pagos etc.). Tal e qual na sociedade de um modo mais amplo, as tarefas necessárias ao cumprimento das finalidades da Universidade Pública estão subordinadas às barganhas políticas para a garantia do direito de acesso a equipamentos e espaços públicos, demandas da relação entre estudantes, docentes funcionários e administrações eleitas em caráter provisório. A depender da correlação de forças, ou seja, da capacidade de luta dos que defendem o caráter público do ensino superior, realiza-se ou não o movimento de superação dos interesses privados em favor dos interesses públicos. O fazer ciência no CEFE está claramente assentado nestas relações, tornando-se um desafio para docentes e estudantes que fazem o MHTLE superar esta correlação de forças na qual realizar pesquisa, ensino e extensão de caráter público, está subordinada a interesses privados.

Estudo da Categoria Modo de Produção da Existência na Obra de Marx e Engels e suas Implicações para a Compreensão da Problemática do Lazer (Projeto 04927)

Elza Peixoto

O estado da arte na produção do conhecimento referente aos estudos do lazer no Brasil evidencia íntimas conexões entre a implementação de políticas públicas

voltadas à recreação e ao lazer da classe operária e a produção do conhecimento - trata-se da produção de alternativas que garantissem a ocupação do temeroso tempo livre gerado como consequência das contraditórias relações de classe no Brasil. Esta íntima conexão coloca aos pesquisadores da problemática do lazer o enfrentamento do contexto político econômico em que se deflagra a preocupação com esta problemática no Brasil. A nosso ver, é a obra de Marx e Engels que fornece o referencial teórico-metodológico mais completo para a compreensão das condições que levam à deflagração da preocupação com a ocupação do tempo livre do trabalhador - que vai ocorrer em todo o mundo e não apenas no Brasil - na medida em que interpretam as motivações que explicam a luta de classes em todo o século XIX: é o modo como os homens estão produzindo e reproduzindo sua existência que determina as condições em que vivem, as políticas que implementam e o conhecimento que produzem. A compreensão da prática social, das políticas públicas e da produção do conhecimento que visam encaminhamentos para a problemática do lazer situa-se neste contexto.

Torna-se central para a compreensão da problemática do lazer o estudo da estrutura explicativa desenvolvida por Marx e Engels a partir de *A ideologia alemã*, que explica, à luz da história, o modo capitalista de produção e as correspondentes relações de produção nele predominantes. Desta forma, a partir da revisão da obra de Marx e Engels, busca-se os fundamentos teóricos explicativos dos nexos e contradições da prática social, das políticas públicas e da produção do conhecimento referentes aos estudos do lazer no contexto da consolidação do modo capitalista de produção e reprodução da existência no século XX, especificamente, na etapa do capitalismo monopolista e imperialista vivenciada pelo Brasil neste período. A revisão da obra de Marx e Engels tem sido executada respeitando-se a cronologia das obras que vão expor o processo de construção da categoria modo de produção.

A fim de superar as discussões que naturalizam a prática social do lazer como um impulso do gênero humano (reconhecido genericamente como um impulso lúdico típico de todos os animais e que no homem assume a forma de produção de cultura), trazemos à tona a discussão de que no modo capitalista de produção o lazer assume não só o caráter de mercadoria, mas torna-se um importante meio de circulação de mercadorias e de propagação da hegemonia capitalista. No capitalismo, todas as práticas são direcionadas à produção e veiculação de mercadorias com vistas à reprodução do capital. A fruição do tempo não pode ocorrer descolada desta ordem. O lazer, enquanto tempo de ócio, de fruição da cultura que a humanidade vem produzindo ao longo de sua história, ocorre subsumido à ordem do capital, reduzindo-se todas as necessidades humanas a bens comercializáveis, passíveis de aquisição e usufruto apenas por meio da posse dos meios de lazer, convertidos todos em mercadorias. Ainda que tergivermos sobre as potencialidades criativas do homem, tais potencialidades se efetivam a partir da atuação concreta sobre objetos da natureza. O grau de distanciamento dos meios utilizados para a fruição do lazer de sua forma natural não anula esta premissa.

O trabalho alienado é fruto de relações de produção nas quais o processo produtivo como um todo e as forças produtivas estão sob a propriedade privada da burguesia, e no qual o trabalho realiza-se condicionado e determinado pelos interesses do burguês, na condição de proprietário dos meios de produção. No conflito de interesses que vai determinar a luta de classes no seio do capitalismo, está a explicação para a produção histórica do tempo livre do trabalho explorado e todas as políticas e projetos para este tempo que se delineiam a partir de então. É à luz da luta de classes subjacente ao modo de produção capitalista, no qual os projetos da burguesia e da classe trabalhadora serão sempre antagônicos e conflitantes, que devemos buscar a explicação para a problemática do lazer. É a categoria modo de produção que permite compreender a totalidade das relações contraditórias e dialéticas nas quais o trabalho para a produção da existência se dá alienado; nas quais a fruição do tempo livre (e nele, o lazer) aparece, ao mesmo tempo, como continuidade (na forma do lazer alienado, reduzido ao consumo obsessivo e obcecado de práticas, objetos e símbolos) e possibilidade de ruptura (na forma da constatação da condição miserável na qual vivem os homens no modo capitalista de produção).

O Modo de Produção da Existência por Marx E Engels:

Reproduzimos a seguir dois belíssimos prefácios, nos quais, apresentando obras centrais para o entendimento da *Concepção Materialista e Dialética da História*, Marx e Engels expõem a centralidade e as características da categoria produção da existência, expressão concreta da totalidade contraditória e em movimento que estes gênios procuravam apanhar ao olhar para o tempo no qual viveram à luz da história.

Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política

Karl Marx

Examinamos pela ordem seguinte o sistema da economia burguesa: capital, propriedade fundiária, trabalho assalariado; Estado, comércio externo, mercado mundial. Nos três primeiros tópicos estudo as condições econômicas de existência das três grandes classes em que se divide a sociedade burguesa moderna; a ligação das três restantes é evidente. A primeira seção do livro primeiro, que trata do capital, subdivide-se nos seguintes capítulos: 19 a mercadoria; 29 a moeda ou a circulação simples; 39 o capital em geral. Os dois primeiros capítulos formam o conteúdo do presente volume. Parto de um conjunto de documentação sob a forma de monografias escritas com longos intervalos para meu próprio esclarecimento, não para impressão, e cuja elaboração

sistemática, segundo o plano indicado, dependerá das circunstâncias.

Suprimo uma introdução geral que esbocei no passado (1) porque, pensando bem, parece-me que antecipar conclusões do que é preciso demonstrar em primeiro lugar é pouco carreto, e o leitor que quiser seguir-me deverá decidir-se a passar do particular ao geral. Por outro lado, incluí algumas indicações sobre a sequência dos meus próprios estudos da economia política, por me parecerem aqui pertinentes.

O objeto dos meus estudos especializados era a jurisprudência, à qual me dediquei como disciplina complementar da filosofia e da história. Em 1842-1843, na qualidade de redator da *Rheinische Zeitung*, encontrei-me pela primeira vez na obrigação embaraçosa de dar a minha opinião sobre o que é costume chamar-se os interesses materiais. As deliberações do *Landtag* renano sobre os roubos de lenha e a divisão da propriedade imobiliária, a polémica oficial que o Sr. von Schaper, então primeiro presidente da província renana, sustentou com a *Rheinische Zeitung* sobre a situação dos camponeses do Mosela e, finalmente, os debates sobre o livre-câmbio e o protecionismo, forneceram-me as primeiras razões para me ocupar das questões económicas. Por outro lado, nesta época em que o desejo de «ir para a frente» substituiu frequentemente a competência, fez-se ouvir na *Rheinische Zeitung* um eco do socialismo e do comunismo francês, ligeiramente contaminado de filosofia. Pronunciei-me contra este trabalho de aprendiz, mas ao mesmo tempo confessei abertamente, numa controvérsia com a *Allgemeine Augsburger Zeitung* (3), que os estudos que tinha feito até então não me permitiam arriscar qualquer juízo sobre o teor das tendências francesas. Aproveitando a ilusão dos diretores da *Rheinische Zeitung*, que julgavam poder suspender a sentença de morte proferida contra o jornal, dando-lhe um caráter mais moderado, preferi deixar o cenário público e retirar-me para o meu gabinete de estudo.

O primeiro trabalho que empreendi para esclarecer as dúvidas que me assaltavam foi uma revisão crítica da Filosofia do Direito, de Hegel, trabalho, cuja introdução apareceu nos *Deutsch-Französische Jahrbücher*, publicados em Paris, em 1844. Nas minhas pesquisas cheguei à conclusão de que as relações jurídicas – assim como as formas do Estado – não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela dita evolução geral do espírito humano, inserindo-se pelo contrário nas condições materiais de existência de que Hegel, à semelhança dos ingleses e franceses do século XVIII, compreende o conjunto pela designação de “sociedade civil”; por seu lado, a *anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política*. Tinha começado o estudo desta em Paris, continuando-o em Bruxelas, para onde emigrei após uma sentença de expulsão do Sr. Guizot. A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor de meus estudos, pode formular-se resumidamente assim: *na produção social da sua existência*, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, *relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais*. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura económica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. *O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral*. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. *De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social*. A transformação da base económica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura. Ao considerar tais alterações é necessário sempre distinguir entre a alteração material – que se pode comprovar de maneira cientificamente rigorosa – das condições económicas de produção, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito, levando-o às suas últimas consequências. Assim como não se julga um indivíduo pela idéia que ele faz de si próprio, não se poderá julgar uma tal época de transformação pela mesma consciência de si; é preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o problema só surgiu quando as condições materiais para o resolver já existiam ou estavam, pelo menos, em vias de aparecer. Em um caráter amplo, os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno podem ser qualificados como épocas progressivas da formação económica da sociedade. As relações de produção burguesas são a última forma contraditória do processo de produção social, contraditória não no sentido de uma contradição individual, mas de uma contradição que nasce das condições de existência social dos indivíduos. No entanto, as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa, criam ao mesmo tempo as condições materiais para resolver esta contradição. Com esta organização social termina, assim, a Pré-História da sociedade humana.

Friedrich Engels, com quem, desde a publicação do seu genial esboço de uma contribuição para a crítica das categorias económicas nos *Deutsch-Französische Jahrbücher*, tenho mantido por escrito uma constante troca de ideias, chegou por outras vias (confrontar a sua *Situação das Classes Operárias na Inglaterra*) ao mesmo resultado, e quando, na primavera de 1845, veio se estabelecer também em Bruxelas, resolvemos trabalhar em conjunto, a fim de esclarecer o antagonismo existente entre a nossa maneira de ver e a concepção ideológica da filosofia alemã; tratava-se, de fato, de um ajuste de contas com a nossa consciência filosófica anterior. Este projeto foi realizado sob a forma de uma crítica da filosofia pós-hegeliana. O manuscrito, dois grandes volumes in-octavo, estava há muito no editor na Vestefália, quando soubemos que novas circunstâncias já não permitiam a sua impressão. De bom grado abandonamos o

manuscrito à crítica corrosiva dos ratos, tanto mais que tínhamos atingido o nosso fim principal, que era enxergar claramente as nossas ideias. Dos vários trabalhos dispersos desta época em que apresentamos as nossas opiniões sobre os diversos assuntos, mencionarei apenas o *Manifesto do Partido Comunista*, redigido em colaboração com Engels, e o *Discurso sobre o Livre-Câmbio*, publicado por mim. Os pontos decisivos das nossas concepções foram cientificamente esboçados pela primeira vez, ainda que de forma polémica, no meu texto contra Proudhon publicado em 1847: *Miséria da Filosofia*, etc. A impressão de uma dissertação sobre o *Trabalho assalariado*, escrita em alemão e reunindo as conferências sobre este tema que proferi na Associação dos Operários Alemães de Bruxelas, foi interrompida pela Revolução de Fevereiro a que se seguiu a minha expulsão da Bélgica.

A publicação da *Neue Rheinische Zeitung* (5) em 1848-1849 e os acontecimentos posteriores, interromperam os meus estudos económicos, que só pude retomar em 1850, em Londres. A prodigiosa documentação sobre a história da economia política reunida no Museu Britânico, o posto favorável que Londres oferece para a observação da sociedade burguesa e, por último, o novo estágio de desenvolvimento em que esta parecia entrar com a descoberta do ouro californiano e australiano, decidiram-me a recomençar e a estudar a fundo, com espírito crítico, os novos materiais. Estes estudos conduziram-me a disciplinas que pareciam distanciar-me do meu propósito e nas quais tive que me fixar mais ou menos tempo. Mas o que limitou o tempo de que dispunha foi principalmente a imperiosa necessidade de fazer um trabalho remunerado. Uma colaboração de há oito anos a esta parte no *New York Tribune*, o primeiro jornal anglo-americano, provocou, na medida em que só excepcionalmente me ocupo do jornalismo propriamente dito, uma extraordinária dispersão dos meus estudos. Entretanto, os artigos sobre os acontecimentos económicos de relevo na Inglaterra e no continente formavam uma parte tão considerável das minhas colaborações, que fui levado a familiarizar-me com os pormenores práticos que não são do domínio da ciência pura da economia política.

Com este esboço da evolução dos meus estudos no terreno da economia política, quis apenas mostrar que as minhas opiniões, seja qual for o julgamento que mereçam, e por muito pouco que, concordem com os preconceitos interessados das classes dirigentes, são o resultado de longas e conscienciosas pesquisas. Mas, no limiar da ciência, como à entrada do inferno, esta obrigação se impõe:

Qui se convien lasciare ogni sospetto Ogni viltà convien che qui sia morta.

Londres, janeiro de 1859.

Prefácio à Primeira Edição de “Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado” (1884)

Friedrich Engels

As páginas seguintes vêm a ser, de certo modo, a execução de um testamento. Marx dispunha-se a expor, pessoalmente, os resultados das investigações de Morgan em relação com as conclusões da sua (até certo ponto posso dizer nossa) análise materialista da história, para esclarecer assim, e somente assim, todo o seu alcance. Na América, Morgan descobriu de novo, e à sua maneira, a concepção materialista da história — formulada por Marx, quarenta anos antes — e, baseado nela, chegou, contrapondo barbárie e civilização, aos mesmos resultados essenciais de Marx. Devo assinalar que os mestres da ciência “pré-histórica” na Inglaterra tiveram, quanto ao *Ancient Society* de Morgan, a mesma atitude que já tinham assumido, em face de *O Capital* de Marx, os economistas oficiais da Alemanha, que andaram durante muito tempo a plagiá-lo, com zelo igual ao empenho em manter silêncio sobre ele. Meu trabalho só debilmente pode substituir aquele que o meu falecido amigo não chegou a escrever. Disponho, entretanto, não só dos excertos detalhados que Marx retirou à obra de Morgan como também de suas anotações críticas, que reproduzo aqui sempre que cabíveis.

De acordo com a concepção materialista, o fator decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imedita. Mas essa produção e essa reprodução são dois tipos: de um lado, a produção de meios de existência, de produtos alimentícios, habitação, e instrumentos necessários para tudo isso; de outro lado, a produção do homem mesmo, a continuação da espécie. A ordem social em que vivem os homens de determinada época ou determinado país está condicionada por essas duas espécies de produção: pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da família, de outro. Quanto menos desenvolvido é o trabalho, mais restrita é a quantidade de seus produtos e, por consequência, a riqueza da sociedade; com tanto maior força se manifesta a influência dominante dos laços de parentesco sobre o regime social. Contudo, no marco dessa estrutura da sociedade baseada nos laços de parentesco, a produtividade do trabalho aumenta sem cessar, e, com ela, desenvolvem-se a propriedade privada e as trocas, as diferenças de riqueza, a possibilidade de empregar força de trabalho alheia, e com isso a base dos antagonismos de classe: os novos elementos sociais, que, no transcurso de gerações, procuram adaptar a velha estrutura da sociedade às novas condições, até que, por fim, a incompatibilidade entre estas e aquela leva a uma revolução completa. A sociedade antiga, baseada nas uniões gentílicas, vai pelos ares, em consequência do choque das classes sociais recém-formadas; dá lugar a uma nova sociedade organizada em Estado, cujas unidades inferiores já não são gentílicas e sim unidades territoriais — uma sociedade em que o regime familiar está completamente submetido às relações de propriedade e na qual têm livre curso as contradições de classe e a luta de classes, que constituem o conteúdo de toda a história escrita, até nossos dias.

O grande mérito de Morgan é o de ter descoberto e restabelecido em seus traços essenciais esse fundamento pré-histórico da nossa história escrita e o de ter encontrado, nas uniões gentílicas dos índios norte-americanos, a chave para decifrar importantíssimos enigmas, ainda não resolvidos, da história antiga da Grécia, Roma e

Alemanha. Sua obra não foi trabalho de um dia. Levou cerca de quarenta anos elaborando seus dados, até conseguir dominar inteiramente o assunto. E seu esforço não foi em vão, pois seu livro é um dos poucos de nossos dias que fazem época.

No que a seguir vai exposto, o leitor distinguirá, com facilidade, o que é de Morgan e o que acrescentei eu. Nos capítulos de história consagrados à Grécia e Roma, não me limitei a reproduzir a documentação de Morgan, mas acrescentei todos os dados de que dispunha. A parte que trata dos celtas e dos germanos é essencialmente minha, pois os documentos de Morgan sobre o assunto eram de segunda mão; e, quanto aos germanos, agora os escritos de Tácito, só conhecia as péssimas falsificações liberais do senhor Freeman. Tive que refazer toda a argumentação econômica, que, se era suficiente para os objetivos de Morgan, não bastava, em absoluto, para os meus. Finalmente, respondo, sem dúvida, por todas as conclusões, desde que Morgan não seja expressamente citado.

A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra de Friederich Engels

Maria de Fátima Rodrigues Pereira

A *Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* - data dos finais de 1843 e inícios de 1844. Em 1842 Engels, com apenas 22 anos, chegava à Inglaterra, a Manchester. O pai de Engels, rico industrial do setor têxtil em Barmen, com esta decisão tinha finalidade dupla: 1. preparar o primogênito para o comando dos negócios da família "sob o olhar cuidadoso do Sr. G. Ermaen, sócio dos Engels numa empresa de fiação" (NETTO, in: ENGELS, p. III); 2. afastar o filho das más companhias, pois, em Barmen o jovem Engels entre julho de 1838 e março de 1841 "não só se metera com marinheiros e se tornara poliglota - pior: lera o ambíguo Hegel, fizera-se poeta e começara a admirar os pouco recomendáveis elementos da *Jovem Alemanha*". (IDEM, p. I). Também a sua passagem por Berlim, entre setembro de 1841 e o mesmo mês do ano seguinte "em princípio dedicado à prestação do serviço militar voluntário, [sequer] serviu à boa educação do rapaz, que andou freqüentando a Universidade como ouvinte, estudou o materialista Feuerbach, ligou-se aos elípticos Jovens Hegelianos, escreveu panfletos contra o insigne professor Schelling e começou a colaborar com um periódico radical, *Rheinische Zeitung*, dirigido por um obscuro filósofo prussiano, o Dr. Karl Marx". (IDEM).

O que o jovem Engels encontrou na Inglaterra, com a sua chegada, era já o modo de produção da existência, da vida, segundo o capitalismo na sua fase industrial - concorrencial.

Efetivamente, o contexto histórico que Engels capta (elabora em pensamento) na sua obra é o que o historiador Eric Hobsbawm chamou de *A Era das Revoluções*¹, o tempo da ordem burguesa que se expressava na Revolução Industrial e na Revolução Francesa, mas, também, já, de fortes lutas entre capital e trabalho que anunciavam o que Hobsbawm denominou de *A Era do Capital - 1848-1875*. Enquanto revolução industrial era o tempo da introdução das máquinas na produção, movidas inicialmente a vapor, e de uma nova divisão técnica e social do trabalho para a produção de bens, processo que teve na Inglaterra o país pioneiro. Enquanto revolução política era a expressão dos arranjos do modo de existência capitalista na sua fase de capital industrial - concorrencial, no domínio da super - estrutura que atingiu na França entre 1789 e 1795 o seu mais alto grau. Todavia, podemos ver as duas revoluções como manifestações desse novo modo de existir, de uma nova ordem marcada por um novo tempo, não como no auge da Idade Média um tempo no ritmo da natureza, das horas batidas pelos campanários dos vilarejos e cidades, mas o tempo da fábrica, da mina, do apito provocado pelo vapor formado na caldeira para o que se fazia uso do combustível, o carvão, que era necessário extrair do ventre da terra. Um tempo que não era mais o da natureza, do nascer e por do sol, mas o tempo dos homens e dos seus artefatos, caldeiras, fábricas, máquinas. Nunca tanto quanto então o homem tinha dominado a natureza, submetendo-a aos seus projetos. Mas...

Então, se de um lado havia crescimento econômico e enriquecimento do industrial e do homem do comércio, do outro lado, o do produtor havia pobreza, exploração, miséria. Neste cenário, onde os elementos determinantes eram a posse dos meios de produção e a extração de mais valia, o descontentamento pôs do mesmo lado proletários e pequenos homens de negócios, e do outro grandes financistas. "Tudo corria muito bem para os ricos". (HOBSBAWM, 1996, p. 55).

Para os trabalhadores eram longas jornadas de trabalho nas minas, e em frente aos teares agora já mecânicos, (de homens e, sobretudo, de crianças e mulheres) e o desmonte paulatino do sistema doméstico, o que significava a superação da manufatura pela grande indústria. Este modo de existência levou trabalhadores ingleses, entre 1911 e 1918 a se rebelarem e destruírem máquinas têxteis, pois acreditavam que elas eram as responsáveis pelo desemprego entre os fabricantes de meias. A liderança deste movimento foi atribuída a Ned Ludd do qual derivou - movimento ludita. Mas o sofrimento, a exploração, as condições de trabalho se agravavam, face, a anos de crise de colheitas no campo. Conjugou-se, então, ao final dos anos trinta do século XIX, uma crise, a última, própria do Ancien Régime, anos sucessivos de más colheitas devido não só ao mau tempo, mas aos limites tecnológicos e às relações de produção no campo com a primeira crise já própria do capitalismo: excesso de produção e fraco consumo o que não só era motivo de desemprego entre os assalariados, mas também a ruína de pequenos industriais após anos de boa rentabilidade apesar das depressões de 1825/1826, 1836/1837, 1839/1842.

Engels na sua obra - *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* - faz ciência: explica, sistematiza, explicita as suas fontes primárias e secundárias. Assim, o texto

resulta composto por uma Introdução na qual Engels toma material empírico (fontes primárias) como: leis, o recenseamento da população de 1841, material da imprensa, e estudos já produzidos a respeito do tema (fontes secundárias), especialmente a obra de P. Gaskell- *The Manufacturing Population of England, 1833*. Seguem-se estudos sobre "*O proletariado industrial*" sua formação, a concentração nas cidades - "*As grandes Cidades*", urbanização inscrita na industrialização, a concentração da riqueza; a "*Concorrência*" que considera característica da ordem e que lança mão do controle da mão de obra, criando um *exército de trabalhadores desempregados*, neste sentido analisa as misérias operárias ao tratar da "*Imigração Irlandesa*"; de "*Os Diferentes Ramos de Indústria*"; das formas de protesto em "*Os Movimentos Operários*"; de "*O Proletariado das Minas*"; de "*O Proletariado Agrícola*" e por fim da "*Atitude da Burguesia em Face do Proletariado*" que se constitui num "[...] e prior de análise psico-social. Não se trata, aqui, apenas do comportamento sócio-político da classe que impõe a sua ditadura à sociedade - o jovem Engels, com singelo exemplário, fornece as pistas mais significativas para a determinação dos mecanismos pelos quais os atores sociais burgueses constroem a sua auto-imagem". (NETTO, in: ENGELS, p. X).

Engels faz ciência:

Analisando a situação dos trabalhadores nos diversos ramos industriais (inclusive a agricultura capitalista), o jovem Engels oferece o painel das misérias operárias. Fã-lo, contudo, não mais à moda dos socialistas contemporâneos, aos quais o proletariado aparece como uma massa indiferenciada, sofredora e passiva; o jovem Engels apreende na condição proletária a dinâmica que possibilita a alternativa da autoliberação". (NETTO, in: ENGELS, p. X).

Em 1843, Engels trabalhou, em condições históricas especiais, no centro dos acontecimentos que já lhe possibilitaram ver uma classe trabalhadora que se organizava para dar resposta à exploração capitalista, pois, em 1842 a greve geral liderada pelos carlistas tomou conta da Inglaterra o que depois ocorreria na França entre 1847 e 1848. Mas o seu texto resultou do uso de instrumentos adquiridos na sua trajetória por Barmen e Berlim, onde tinha tido contato com os Jovens Hegelianos, o materialista Feuerbach e iniciado a sua colaboração com um periódico radical, *Rheinische Zeitung*, dirigido por Karl Marx. A estadia de Engels na Inglaterra aproximou - o do proletariado de maneira a compreender a sua situação, relatá-la e perceber o caráter de resistência e expor suas projeções da iminência da revolução social: "*A revolução tem que vir obrigatoriamente*, já é muito tarde para encontrar uma solução pacífica para o conflito"; (ENGELS, 1986, p.331). Fortes, já eram, então, os sinais da organização do proletariado, a ponto de Engels tirar estas conclusões. A respeito da importância da obra *A Situação da Classe Operária na Inglaterra*, Lenine diria, em 1913, quando da elaboração de uma brochura para o dicionário Granat: "Nós já salientamos o principal mérito de Engels como autor desta obra! Antes dele já muitos tinham descrito os sofrimentos do proletariado, Engels, porém foi o primeiro a afirmar que o proletariado não somente constitui uma classe que sofre, mas, que a situação vergonhosa em que se encontra o impõe irresistivelmente para a frente e obriga - o a lutar pela emancipação final". (LENINE, 1971, p.59).

Esta obra - *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* seria admirada por Marx e exerceria influência nos trabalhos posteriores dos pais do marxismo - Marx e Engels e nos coloca o desafio de pensarmos a produção da ciência e a emancipação humana do modo de existência onde homens alienam outros homens.

Bibliografia

ENGELS, Friederich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo, 1986. HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro. Editora paz e Terra, 1996. LENINE, V. I. K. *Marx F. Engels, as Três Fontes*. Vila da Feira, Textos Nosso Tempo, 1971.

Notas

1 Eric Hobsbawm estabelece uma periodização desde o século XVIII até à queda do muro de Berlim em 1989, assim: *A Era das Revoluções 1789-1848*; *A Era do Capital - 1848-1875*; *A Era dos Impérios 1875-1914* e *A Era do Extremos - o Breve Século XX - 1914-1991*. Contudo, em todas estas suas obras não fica restrito aos processos históricos ocorridos dentro destas balizas cronológicas, ele recua e avança nestes marcos toda vez que trata de assuntos cujas gênese e desdobramentos exigem, para sua explicação, que assim proceda.

A Universidade de Hoje: o Público e o Privado em Discussão

Lalo W. Minto

A história da universidade brasileira está profundamente marcada pela contradição entre os interesses públicos e privados que fundam as relações sociais sob o modo capitalista de produção. Marx e Engels nos ensinaram que as formações sociais capitalistas têm seu centro irradiador nos interesses privados, particulares, e que a ideologia dominante a cada momento histórico tende a fazer de suas perspectivas de mundo as perspectivas de toda a sociedade: *interesses particulares* travestem-se de *interesses gerais*.

O público e o privado só podem ser compreendidos quando pensados nas suas determinações estruturais. Não como meros conceitos ideais, mas sim na materialidade e concretude que os produz historicamente. O Estado moderno é o ente que demarca a relação entre este privado (interesse particular) e o público (interesse geral) no

capitalismo, mas este último está limitado pelo primeiro, já que existe por oposição a ele.

Na universidade e no ensino superior, as potencialidades deste 'público' estão, portanto, subordinadas às determinações estruturais da acumulação e da expansão do capital, o que varia de acordo com a configuração da luta de classes a cada momento histórico. Importa entender, então, como é que a universidade participa deste processo: de um lado, como reprodutora das relações e interesses privados, isto é, participando direta e indiretamente da produção de mercadorias, das ideologias que legitimam as relações sociais desta formação social; de outro lado, como espaço contraditório que, por situar-se justamente na demarcação deste "público" diante do privado, dá vida à contradição, inserindo-se também na luta contra os interesses privados. As instituições privadas de ensino superior conformam basicamente o primeiro grupo, enquanto as públicas (estatais) o segundo.

Mas lembre-se: não há "modelo". Na sua forma contemporânea, esta instituição ocupa um lugar determinado e específico, ditado pelas necessidades gerais da atual forma de acumulação de capital, que se reproduz em escala cada vez mais global. Esta tornou as relações sociais de tal modo complexas, que a ideia de uma instituição que apenas forma quadros e qualifica a força de trabalho para participar desta sociedade torna-se simplificada para entender o seu papel. A necessidade permanente de expansão fez com que o capital penetrasse campos ainda pouco explorados da reprodução social, facilitado pela superação de certos obstáculos técnicos (com o avanço científico e tecnológico), e político-sociais (com a desconstrução de todo o aparato estatal de controle social). A educação é um dos melhores exemplos disso.

Sinteticamente, poder-se-ia dizer que a universidade atual reproduz as relações capitalistas de cinco maneiras principais: 1) transmitindo conhecimentos e qualificando a força de trabalho geral para o capital (incluindo aí a formação de quadros para as próprias empresas do ensino); 2) investindo na pesquisa e na produção do conhecimento que demanda o capital para ampliação da produtividade e das potencialidades de acumulação; 3) como produtora e difusora de ideologias que legitimam esta forma de acumulação contemporânea; 4) ela própria como instituição que se *mercantiliza*, conformando atividades que servem de "mediação" no processo de acumulação e realização da mais-valia geral da sociedade; e que também 5) *mercadoriza* suas atividades-fins, tornando-se verdadeiras 'linhas de produção' de certificações e diplomas, como é o caso das privadas.

A crescente privatização do ensino superior no Brasil é consequência, portanto, da necessidade imaneente ao capital de tornar-se hegemônico em todos os campos da reprodução social, do qual não escapa a educação. Reduzir sua compreensão às determinações da esfera política é desconhecer o conteúdo histórico e estruturalmente determinado do modo de produção capitalista. Nesse sentido, o *caráter público* desta instituição que se insere de modo contraditório nas relações sociais, vê-se tolhido, reduzido a ínfimos espaços e possibilidades efetivas.

Se o século XX provou historicamente que o domínio do capital como forma social hegemônica e determinante das relações sociais produz barbárie e desumanização crescentes, o século XXI, por sua vez, reafirma a urgência e a necessidade de se pensar e construir uma sociedade *para além do capital*. Nesta poder-se-á falar numa educação e numa universidade determinadas pelos interesses de todos os homens, onde, talvez, o próprio conceito de público perca sentido.

Notas Sobre a Relação Modo de Produção da Existência e a Ciência

Kátia Oliver de Sá

O lugar da ciência no conjunto da práxis humano-social tem dependência do modo como os homens organizam a produção da existência. Partindo dessa premissa, um dos objetivos do texto destas notas é levantar argumentos que esclareçam como a marcha da ciência está alicerçada em fatores sociais do processo de produção do conhecimento, que lhe retiraram a realidade objetiva existente, pois ação e conhecimento não se estabelecem separados, considerando que no processo de trabalho de quem produz ciência, há uma apropriação humana do real em disputa, face ao enfrentamento entre os homens e o mundo objetivo a partir de interesses de classes que disputam projetos de sociedade, antagonizados.

As relações que o homem e a mulher estabelecem na base da produção da existência, que geram dentre outras atividades a base da atividade científica são constituídas de uma totalidade concreta enquanto concepção dialética-materialista do conhecimento do real, que requer em face da problemática ontológica da realidade, reconhecer um processo indivisível, que segundo Kosik (1995) se estabelece nos seguintes momentos: 1. na destruição da pseudocriticidade, isto é, da fetichista e aparente objetividade do fenômeno para alcançar a autêntica objetividade; 2. e, na necessidade de que o pesquisador se aproprie do caráter do conhecimento histórico do fenômeno no qual se manifesta a concreticidade objetiva da realidade.

Por outro lado, no caráter de construção da ciência idealista, a ação e o conhecimento se estabelecem radicalmente independentes. O método do princípio abstrato deforma a referência total da realidade na medida em que o pesquisador, ao busca as bases da ciência em determinado processo de trabalho, obscurece os fatos e o objeto, registrando-os de forma a compreendê-los fora da apropriação humana do real. Essa ciência por estar intrinsecamente radicada no processo de produção da existência tem o seu desenvolvimento indispensável ao desenvolvimento da economia burguesa, pois cumpre um papel na evolução das formações econômicas capitalistas, a partir de movimentos que decorrem das ideias que alicerçam de forma irreparável as suas estruturas epistemológicas.

Quando a falsa totalização e sintetização se estabelecem no método do princípio

abstrato, desprezando a essência do real, isto é, a sua condição de contraditoriedade e multiplicidade de significados, levando em conta apenas fatos que estão de acordo com determinado princípio abstrato, é deformada a totalidade da realidade (acontecimentos históricos não são levados em conta), pois não revelam o sentido objetivo dos fatos (particulares), obscurecendo-os.

Já na teoria materialista do conhecimento, o problema fundamental, segundo Kosik (1995) consiste na relação e na possibilidade de transformação da totalidade concreta em totalidade abstrata, ou seja, na questão que levanta o filósofo: "Como conseguir que o pensamento, ao reproduzir espiritualmente a realidade, se mantenha a altura da totalidade *concreta* e não degenera em totalidade abstrata?" Responde o mesmo filósofo: "Esta mesma tendência, que se apresenta com a pretensão de construir uma realidade de grau *superior*, degenera na *abstração* e, assim em uma realidade de grau *inferior* com respeito aos fatos empíricos, porquanto não representa uma tendência histórica dos fatos *isolados*, mas uma tendência por fora do fato, por trás dos fatos, por cima dos fatos e deles independente".

Considerando a possibilidade de relacionar ciência e trabalho em bases que supere a divisão do trabalho, que advém da formação econômica capitalista, tomando a ciência enquanto uma práxis social humana e porquanto, expressão da ação humana consciente, reconhecemos que somente é possível se negarmos as construções do idealismo que, convenientemente chegaram a negar a objetividade do conhecimento e desta maneira, assumem os pesquisadores a defesa do caráter abstrato da ciência em favor do capital.

Mediante a complexidade em que expomos este texto, sem pretender esgotar a sua discussão nestas notas, afirmamos que seria devaneio esperar que a ciência, desenvolvendo-se nas bases determinadas pela formação econômica capitalista, possa estar acima das vicissitudes do processo histórico que a concebeu. A práxis humana que estabelece o lugar da ciência objetivante e objetivada sob as bases das forças produtivas do capital é o elemento que precisa ser tratado de forma fixa e duradoura na realidade social; é na práxis da ciência que se realiza a abertura do homem para a realidade em geral, enquanto criação da realidade humana que é ao mesmo tempo o processo no qual se revelam em essência, o universo e a realidade da produção da existência humana. Portanto, não é uma teoria científica que determina a redução do homem à abstração; é a realidade em sua concretude e as necessidades advindas da produção da formação econômica capitalista que determina as bases da produção da ciência.

Para estabelecer outras bases para produzir ciência somente se pode concretizar na concepção materialista histórica dialética, pois somente nesta base é possível conceber o pensamento crítico que se pretende compreender a "coisa em si" para estabelecer a não consideração das respostas científicas fixadas que reinam no conjunto do mundo material reificado do capital.

O pensamento que consolida as bases de uma ciência que pretende conhecer realmente a totalidade de uma dada realidade, não se contenta com proposições abstratas. Sendo a totalidade um pressuposto da compreensão da realidade de uma nova qualidade, os pressupostos que na origem foram condições históricas do surgimento do capital, após o seu desenvolvimento constituído para atender aos interesses da classe burguesa, passam a revelar como resultados de sua própria realização e reprodução, os resultados da existência histórica, que determinam o seu conteúdo interno e seu sentido objetivo a partir de fatos que são gerados em favor de fatores que atendem a classe burguesa que a alimenta em sua produção científica, teorias de conhecimentos se apoiam, implícita ou explicitamente, sobre uma determinada teoria da realidade e pressupõe um determinado interesse.

Reconhecemos, fundamentalmente, que é preciso destruir a aparente independência da realidade dos fatos, assim como as condições dadas que se naturalizam todos os dias, pois o que se confere a essa realidade é o caráter da pseudoconcreticidade. Para superá-la, somente é possível a partir do pensamento dialético que é o único que tem possibilidade de reconhecer em que bases se estruturam os fatos da realidade que sustentam a base da formação econômica capitalista. Somente em uma radical posição marxista é possível fazer o esforço de enxergar por trás da pseudo-imediatividade da ciência, o mundo econômico reificado das relações humanas que o edificaram e o dissimularam em favor de interesses gananciosos.

Essa é a relação essencial que se coloca a produção da existência e a ciência, mediante os interesses de projetos de sociedade que se apresentam em disputa na totalidade da realidade mais geral e mais especificamente nas universidades.

A teoria das Crises e o Capitalismo Monopolista

Carlos Lucena

A problematização do capitalismo em suas dimensões econômica, política e social manifesta contradições que se expressam através da luta de classes. A luta de classes não é uma invenção intelectual, muito menos uma expressão ideal, mas sim, um processo concreto e material, o motor da história da humanidade. Não podemos nos esquecer que as análises defensoras do "fim da luta de classes", "fim da modernidade" e "o fim da história" constituem-se em visões de mundo e apologias de intelectuais comprometidos com interesses burgueses, como bem afirma Marx, autênticos sicofantas da classe que representam. A negação da luta de classes é o maior exemplo de que ela é concreta, central e movimenta a história. A história e a luta de classes como processos humanos só serão extintos quando a humanidade perecer.

Ao mesmo tempo em que os intelectuais sicofantas defensores das visões de mundo da burguesia internacional alardeiam a vitória do capitalismo sobre as propostas emancipadoras e socialistas de sociedade, verificamos que o capitalismo manifesta em

seu interior contradições que o acompanham em toda a sua breve história. Entre essas contradições se manifestam a dimensão das crises econômicas e seus desdobramentos dialéticos no conjunto das relações sociais. Seu debate influenciou diferentes gerações de intelectuais sobre seus desdobramentos sobre o presente e o futuro da sociedade. Uma primeira geração, presente no final do século IX e início do século XX, apontou que as crises do capitalismo teriam o potencial destrutivo de materializar o colapso de todo o modo de produção. Essa geração foi composta por Lênin, Rosa Luxemburgo, Tugan-Baranovsky, Conrad Schmidt, Kausty e Boudin, entre tantos outros. Outra geração de pesquisadores, influenciada pela profunda rearticulação do capitalismo monopolista no final dos anos de 1960 e no decorrer da década de 1970, é composta pelos trabalhos de Kurz, Mészáros, Dowbor, Bihr, Harvey, Bernardo, entre outros, tem como referência o crescimento da miséria, do fetiche da mercadoria e da barbárie. Defendem a necessidade de transformação do modo de produção capitalista, apontando que existem as condições objetivas para tal, mas que as condições subjetivas, frutos de movimentos estruturais do capitalismo, são um caminho a ser construído pelos coletivos humanos.

As reflexões ocorridas acima, longe de esgotar a discussão sobre o tema, apontam que o debate sobre as crises está presente em todas as fases do capitalismo monopolista. A crise atua como um processo intrínseco à lógica de produção de mercadorias, apontando que o apogeu econômico e social anuncia a catástrofe e a catástrofe o apogeu. Marx se propôs a analisar a construção das crises tomando como referência a superprodução de mercadorias e a lei de tendência decrescente da taxa de lucro. O ponto de partida de Marx foi a produção capitalista. Para isso, dedicou-se a problematizar o modo de produção capitalista e suas mediações dialéticas entre as relações de produção e circulação de mercadorias. A compreensão desta contradição era fundamental para o entendimento da gênese das crises do capitalismo.

Quando Marx debate o conceito de crise de superprodução, parte do princípio que o capitalismo teria uma tendência em aumentar a produção em larga escala, desencadeando um processo de desequilíbrio entre a produção e o consumo. A crise de superprodução corresponde ao processo em que o desenvolvimento das forças produtivas supera as necessidades de valorização do capital. Essa crise só é superada quando se desenvolve uma dupla estratégia do capital. Um processo de destruição forçada da massa das forças produtivas acompanhadas pelo aumento da exploração dos antigos mercados e a conquista de novos mercados, restabelecendo as condições de valorização do capital. Com referência à conquista de novos mercados, verifica-se um processo histórico que aponta a tendência à internacionalização do capital. Marx afirma em "China: fósil vivo do transmissor revolucionário?" que desde o começo do século XVIII todas as grandes transformações sociais e revoluções desenvolvidas na Europa ocorreram antecipadas por crises comerciais e financeiras que se consolidaram a partir de causas supranacionais. Dialogando com a lei do contato dos extremos apontada por Hegel, Marx afirma que o modo de produção capitalista possibilita que locais distantes no planeta se relacionem, toquem-se e se liguem. Com efeito, o mercado britânico é influenciado pelo chinês e ambos podem ser influenciados por uma crise na Índia.

Marx aponta em "O capital" que o capital possui uma tendência a consolidar o desenvolvimento total das forças produtivas. A consolidação desse processo coloca ao capital a necessidade de ultrapassar constantemente os limites por ele mesmo criados. Marx discute no volume I dos "Grundrisse" que o capital é uma contradição viva, pois determina ao trabalho e à criação de valores uma barreira que contradiz sua tendência constante de ampliação. Essa tendência à superprodução e à negação do trabalho apontada por Marx apresenta contradições relativas à produção que aparecem, resolvem-se e retornam novamente nas crises, pois são ligadas dialeticamente à produção. O aumento absoluto das forças produtivas proporciona a expansão do capital ultrapasse sua concretização como valor-capital. A característica do capital de produzir sem ter o total controle dos limites do mercado aponta a consolidação do processo de superprodução de mercadorias.

A análise da constituição de uma crise no capitalismo monopolista através da superprodução de mercadorias ganha maior complexidade quando relacionada à discussão da tendência histórica de redução das taxas de lucro na reprodução do capital. A lei da tendência decrescente da taxa de lucro é fundamental para a elaboração da concepção marxista das crises. Marx problematiza no Livro III de "O Capital" que a teoria da tendência decrescente da taxa de lucro materializa uma contradição. Quanto maior o desenvolvimento do capitalismo, maior o decréscimo da taxa média de lucro do capital. Esse processo se consolida em virtude da existência do excedente de capital. O crescimento de capital acumulado, em virtude do aumento da mais-valia, encontra uma redução de possibilidades de investimento que proporcionem uma rentabilidade adequada. Com efeito, desenvolve-se uma redução contínua do investimento produtivo, provocando uma redução dos empregos e dos salários dos trabalhadores. A redução da massa salarial impulsiona uma crise na venda das mercadorias que já foram produzidas. Instaura-se, como desdobramento desse movimento no âmbito da circulação das mercadorias, uma crise de superprodução em virtude do desequilíbrio entre a produção e o consumo que faz com que o capital reduza a sua produção, determinando a paralisação e a depressão dos mercados. Como a produção capitalista subordina o valor de uso ao valor de troca, a economia somente se reativará quando ocorrer os seguintes fatores: a paralisação e depressão dos mercados gerarem salários reduzidos; quando ocorrer a desvalorização do capital fixo em virtude das falências de várias empresas; quando o Estado intervier ou quando ocorrer um acontecimento inesperado, como uma guerra, que eleve a produção capitalista.

As afirmações de Marx em termos da teoria das crises econômicas são atuais e merecem destaque nas análises do capitalismo monopolista nas últimas décadas. O "admirável mundo novo" permanece nas fronteiras do idealismo e das apologias de quem o concebe. Devemos considerar que o equilíbrio econômico e social tão alardeado pelos defensores do "livre mercado", bem como o da centralidade do "Estado Nação" está distante de se concretizar. A sociedade é um palco de desigualdades expressa no desemprego estrutural, no aumento da miséria e da exclusão social. Mesmo o crescimento econômico conjuntural em algumas nações não é acompanhado pelo

crescimento social. O apogeu de poucos se justifica pela miséria de uma maioria legitimada pela ONU e os Estados Unidos, autênticos interventores atuando como polícia internacional. O desequilíbrio entre a produção e o consumo movimenta uma indústria da guerra acompanhada pela circulação de tecnologias obsoletas em âmbito internacional. A sociedade capitalista manifesta contradições difíceis de ser superadas. Nesse sentido, colocamos as seguintes preposições: vivemos o fim das utopias e da luta de classes, ou na realidade vivenciamos crises do capitalismo monopolista cujas premissas das sicofantas são traídas pelo avanço e movimento da história. Defendemos a segunda preposição...

Teoria Marxista, a Produção da Ciência e a Ação Política: Constituindo a História da Educação Física no Nordeste

Celi Nelza Zülke Taffarel (1); Cláudio de Lira Santos Junior (2); Carlos Roberto Colavolpe (3); Raquel Cruz Freire Rodrigues (4); Wellington Araújo Silva (5) Kátia Oliver de Sá (6); Márcia Ferreira Chaves Gamboa (7); Joelma de Oliveira Albuquerque (8); Roseane Soares Almeida (9); Solange Lacks (10)*.

Somos coordenadores e participantes de grupos de pesquisa de universidades nordestinas, federais e estadual, e constituímos a Rede LEPEL de Grupos de Pesquisa (Rede LEPEL)¹ instituída em universidades da Bahia (UFBA e UEFS), de Sergipe (UFS), de Pernambuco (UFPE) e de um Grupo em recomposição e formação em Alagoas² desde o ano de 2000.

O Grupo LEPEL/FACED/UFBA – Estudo e Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer – instalado na UFBA desde 2000 e a Rede LEPEL nas Instituições de Ensino Superior (IES) do Nordeste, rede esta em construção desde 2001, está articulado em torno de uma pesquisa de caráter matricial cujas problemáticas centrais são: o trabalho pedagógico, a produção do conhecimento científico, a formação de professores e as políticas públicas de educação, esporte e lazer, admitindo-se como hipóteses que o trabalho pedagógico é elemento modular de alterações da qualidade do ensino e da pesquisa, que a teoria se constrói como categoria da prática e que a história é a matriz científica para o ensino e a pesquisa na educação física, no esporte e no lazer.

Para manter suas atividades de ensino-pesquisa e extensão os grupos de pesquisa integrantes da Rede LEPEL têm concorrido a editais e chamadas públicas visando criar a infra-estrutura necessária para a pesquisa, o que é uma grande dificuldade no Nordeste do Brasil, uma vez que os grupos não têm programas próprios de pós-graduação que os articulem, o que torna a disputa por financiamento público muito desigual em relação ao Sul e ao Sudeste do Brasil.

Os resultados do trabalho desenvolvido a partir do acesso a recursos públicos, em editais públicos, podem ser mensurados tanto na produção científica produzida e divulgada, quanto nos bolsistas formados (graduação e pós-graduação), na população atendida, nos mutirões realizados, nos círculos instalados, nas contribuições aos órgãos de governo, assim como na continuidade de projetos que asseguram formulações e proposições superadoras para as políticas públicas na área do esporte e lazer. São exemplos dessas proposições as contribuições para a educação física escolar, as contribuições para a formação de militantes culturais, o acesso, constituição e balanço da produção do conhecimento, dos bancos de dados – produção do conhecimento sobre educação física no nordeste do Brasil, Lazer, Ginástica, Educação do campo – assim como as contribuições para a educação do, no e para o campo.

Contribuir para a materialização de políticas públicas na área de esporte e lazer, que permitam a ampliação da participação por autodeterminação e auto-organização das comunidades, a partir da produção do conhecimento científico e da formação de professores e militantes culturais qualificados para tratar das problemáticas na área do esporte e lazer na cidade e no campo são as possibilidades centrais do trabalho. Além disso, o desenvolvimento de estudos e pesquisas que favoreçam a apropriação comunitária do seu acervo cultural e observem a integração entre ensino-pesquisa-extensão (universidade-comunidade), produzindo conhecimento científico autônomo, em consonância com os propósitos da Universidade Pública.

Consideramos, portanto, que esses "anúncios" devem ser localizados no esforço histórico do contexto da luta de classes, para a superação daquilo que destrói a vida humana no planeta – o modo do capital organizar a vida. Nosso trabalho considera dados que nos são fornecidos em relação à situação sócio-econômica e geográfica em que estamos trabalhando, especificamente o semi-árido, a caatinga, o Nordeste brasileiro. É neste bioma que se organiza a produção e reprodução da vida humana, a organização da produção dos bens materiais e imateriais, bases da determinação da cultura em geral e, em especial, da cultura corporal, esportiva e de lazer.

Partimos, em nosso trabalho, da problematização das condições de vida para, através da instrumentalização, da catarse e do retorno à prática social, superar as contradições específicas do trabalho

pedagógico e das políticas públicas de esporte e lazer. Não desarticulamos a questão da educação física, do esporte e do lazer da necessidade histórica da superação do trabalho alienado, da propriedade privada dos meios de produção e do enfrentamento do estado burguês. Concordamos que essas necessidades orientam, por exemplo, os trabalhadores a se organizarem em todo o Brasil na luta pela terra e pela reforma agrária, na luta por trabalho e educação. Estamos em especial trabalhando com as políticas públicas na área do esporte e lazer em áreas de Reforma Agrária e nas escolas públicas dos municípios, junto aos movimentos de luta social da classe trabalhadora. É aí que reside grande parte da força do que poderá gerar e sustentar alterações no modo de vida.

A teoria marxista nos permite compreender o que é o conhecimento científico, enquanto necessidade de primeira ordem, que nos orienta na ação política vez que não dissociamos as premissas teóricas das programáticas.

O caráter ontológico da produção do conhecimento se evidencia na forma em que se apresenta a atividade produtiva do homem e o grau de alienação do trabalho: *trabalho em sua acepção geral - como 'atividade produtiva': a determinação ontológica fundamental da 'humanidade' [...]; e em sua acepção particular, na forma de 'divisão do trabalho' capitalista. É nesta última forma, que o 'trabalho' é à base de toda a alienação.* (MÉSZÁROS, 2006, p.783).

A necessidade de tratarmos do desenvolvimento da categoria *trabalho* reside em estarmos situados no contexto atual da crise estrutural do modo de produção do capital, cuja relação sociometabólica⁴ de submissão do trabalho ao capital, vem se desdobrando em impactos destrutivos que demonstram o esgotamento da capacidade civilizatória do modo de produção do capital.

Visando responder à pergunta de como o homem se torna homem, nos valem das contribuições de Engels (1990), o qual entende que o trabalho é o fundamento da vida humana, afirmando ainda, que, sob determinado aspecto, o trabalho criou o próprio homem. (ENGELS, 1990, p.19). Engels explica esse processo, partindo de uma determinada época (período Terciário), destacando sob quais características se apresentava uma raça de macacos antropomorfos que se encontrava em estado de desenvolvimento muito elevado e, segundo descrição de Darwin, eram animais inteiramente cobertos de pêlos, com barba, orelhas pontiagudas e que viviam nas árvores, sempre em manadas. Devido precisamente a esta maneira de viver, em que as mãos, ocupadas para se firmarem nos galhos, desempenhavam funções diferentes das dos pés, os macacos foram, pouco a pouco, dispensando-as para o ato de caminhar no chão e assumindo uma postura cada vez mais ereta. Deu-se assim o passo decisivo na transição do macaco ao homem. (ENGELS, 1990, p.20). No decorrer de milhares de anos de transição do macaco para o homem, as funções foram sendo adaptadas às mãos do macaco [...] mas o passo decisivo já tinha sido dado: a mão estava livre e, daí por diante, podia evoluir em destreza e habilidade, qualidades que iam se transmitir por hereditariedade e aumentar a cada geração. Como aponta Mézáros [...] As atividades e necessidades do tipo 'espiritual' têm, assim, sua base ontológica última na esfera da produção material como expressões específicas do intercâmbio entre o homem e a natureza, mediado de formas e maneiras complexas. (MÉSZÁROS, 2006, p. 795). E assim o é com a Educação, uma necessidade não-física, que medeia a atividade produtiva do homem, e sem ela, em suas diferentes formas, as gerações jamais poderiam se apropriar do conhecimento produzido por seus antecessores, nem tampouco produzir sua existência.

Nossa contribuição é resultante de estudos, pesquisas e discussões travadas por companheiros que atuam profissional e academicamente no interior do Grupo LEPEL/FACED/UFBA, bem como dos demais grupos que compõem a rede de intercâmbio de pesquisadores – LEPEL/UFPE, LEPEL/UEFS, GEPEL/UFES, referenciados na teoria marxista que explica portanto a produção do conhecimento científico em dadas relações de produção e reprodução da vida que exigem revolucionar-se para garantir a existência humana, visto que, o modo do capital organizar a vida desenvolve muito mais as forças destrutivas da produção do que as forças produtivas.

Entendemos, por fim, que um programa de transição, entre uma perversa ordem do capital e uma sociedade comunista deve apontar para a defesa de políticas públicas de esporte e de lazer que contemplem os seguintes pontos: a formulação, a implementação e a avaliação das políticas de esporte e lazer devem se dar com base em um processo de ampla participação em profundas reflexões críticas, realizadas de forma coletiva, para levantamento de aspirações e reivindicações dos diferentes segmentos das diferentes regiões, diferentes territórios e biomas regionais articuladas com um projeto histórico para além do capital.

Em relação ao esporte e ao lazer, estes devem permitir configurar um programa de transição que considere as reivindicações dos trabalhadores, acumuladas e não atendidas pelos governos reacionários e retrógrados que se instalaram nos estados brasileiros ao longo da história e as condições objetivas colocadas para gerar e administrar um governo de e para os trabalhadores; devem ser diagnosticadas com precisão as diferentes situações das, para que as decisões estratégicas sobre o que propor e o que fazer estejam assentadas em dados concretos das necessidades e demandas regionais, que se situem no marco da

construção de um projeto histórico superador do capitalismo; o levantamento do potencial do Estado para implementação de projetos especiais de esporte e lazer deve ser realizado minuciosamente e criteriosamente, para identificar as relações culturais entre trabalho e lazer, campos de trabalho que podem ser expandidos, serviços que podem ser desenvolvidos e relações que podem ser estabelecidas, com autonomia e auto-determinação dos povos; a inter-relação de setores, secretarias, ou brigadas, no caso do campo, para compreendermos tanto a educação quanto a saúde, o esporte, o lazer, o planejamento urbano e outras áreas, na perspectiva de uma política unificada – política cultural – em torno de eixos articuladores que nos unificam e visam garantir, criticar, criar e preservar a cultura corporal que confira identidade emancipatória aos trabalhadores, decorrendo daí desdobramentos para cada um dos âmbitos das políticas públicas.

Nessa linha estamos, portanto, levantando o que é tático no campo do esporte e do lazer na perspectiva da emancipação humana e da superação do projeto histórico capitalista, o que significa, por exemplo:

- a) criticar, criar e preservar a cultura corporal que garanta a identidade dos trabalhadores em luta no campo e na cidade tendo como eixos articuladores e unificadores das ações as práticas corporais diversificadas que cultivem a identidade cultural em uma perspectiva crítica, organizadas pelo trabalho pedagógico, que permite elevar o patamar de entendimento, compreensão e ação dos participantes na construção da cultura;
- b) criar espaços e tempos, implementos e equipamentos coletivizados auto-geridos e auto-organizados;
- c) assegurar orientações técnicas e pedagógicas adequadas aos interesses dos diferentes segmentos que compõem a comunidade e os movimentos sociais de luta da classe trabalhadora;
- d) fomentar aprendizagens sociais significativas na linha do acesso aos conhecimentos clássicos e populares e a solidariedade, a cooperação, a diversificação, a criatividade, a emancipação, para a construção da cultura esportiva e de lazer dignificante e dignificadora da luta no campo e na cidade;
- e) valorizar os patrimônios naturais, humanos e culturais, ampliando-se formas de relações nas práticas esportivas e de lazer que preservem a natureza, as relações humanas dignas e os valores culturais que contribuam para a emancipação do ser humano;
- f) fazer das gestões e administrações autodeterminadas, autogestadas, participativas, democráticas e autônomas por parte das comunidades e segmentos dos movimentos de luta social da classe trabalhadora em relação ao esporte e ao lazer;
- g) acessar o patrimônio cultural esportivo clássico e de lazer, imprescindíveis à vida humana com dignidade;
- h) promover e assegurar relações interativas e cooperativas entre escolas, comunidades, movimento de luta social da classe trabalhadora e suas formas de organização, bem como relações interativas inter e entre secretarias, setores, brigadas, visando otimizar ações no campo da cultura esportiva e de lazer;
- i) praticar o esporte e o lazer sem violência e agressões entre seres humanos, ou com a natureza e o patrimônio cultural das populações;
- j) praticar o esporte e o lazer que ampliem as possibilidades de trabalho, com a preservação do meio-ambiente;
- l) elaborar programas e projetos decididos por coletivos políticos ampliados, legitimados e relacionados com perspectivas de trabalho que promovam a autodeterminação e a emancipação dos participantes;
- m) realizar o controle e avaliação coletiva, democrática, pública, transparente na utilização de recursos e na implementação de programas e projetos.

Estamos aprofundando e ampliando o debate acerca da proposta de construção da política de esporte e lazer no campo e na cidade, com os militantes culturais em processo de formação continuada e com base na política que tenha em seu centro a perspectiva da emancipação humana, que supere o trabalho alienado (base da sociedade capitalista) e possibilite a construção da sociedade comunista.

Notas

* 1,2,3 – Professores do departamento de Educação Física da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED/UFBA); 4 e 5 – Professores da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), coordenadores do Grupo LEPEL/UEFS; 6 – Professora Doutora LEPEL/UFBA; 7, 8 – Professoras que constituem o grupo em Alagoas – temporariamente realocadas na UFBA e Unicamp; 9 – Professora da Universidade Federal de Pernambuco, coordenadora do Grupo LEPEL/UFPE; 10 – Professora da Universidade Federal de Sergipe, coordenadora do GEPEL/UFES.

1 A Rede LEPEL de grupos de pesquisa é constituída da seguinte maneira: Rede Alfa – relações internacionais; Rede Beta – nacionais; Rede delta – Estadual; Rede Gama - regionais; Rede Ômega – local.

2 Atualmente os professores que constituem o Grupo Epistemologia em Educação Física (EPISTEF) em Alagoas estão articulados com a UNICAMP e a UFBA.

3 Grifos do autor.

4 MÉSZÁROS, I., 2002.

5 Grifo do autor

Trabalho Infantil

Maria de Fátima Rodrigues Pereira

O capital sempre fez uso do trabalho infantil. A classe trabalhadora organizada sempre o combateu por entendê-lo prejudicial aos seus interesses. Ao o capital pagar a terça parte ou a metade pelo trabalho infantil e ou feminino, força para baixo o valor do trabalho. As crianças órfãs eram compulsoriamente levadas das casas dos pobres às fábricas para o trabalho em série. "A maquinaria, ao lançar todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho, reparte o valor da força do trabalho por toda a sua família". (MARX, O CAPITAL, 1983)

"Quem quer que tenha trabalhado desde a mais tenra idade doze e mais horas por dia a fabricar cabeças de prego ou a limar rodas dentadas, e que viva ainda nas condições de vida de um proletário inglês, quantas faculdades e sentimentos pode conservar aos trinta anos?" (ENGELS, A SITUAÇÃO CLASSE TRABALHADORA NA INGLATERRA, 1986, p. 139).



Trabalhadores da olaria da Companhia Melhoramentos em São Caetano do Sul (SP), em 1911. Observe o grande número de crianças empregadas na olaria.



A agricultura é a atividade que emprega o maior número de crianças e adolescentes no Brasil. Na foto, garoto trabalhando em canavial nos arredores de Piracicaba (SP), 1997.

Hoje, o trabalho infantil está escondido nos canaviais, nas pedreiras, nos trabalhos sazonais de plantação e coleta de frutas, nos supermercados, acobertado pela lei que permite o trabalho como aprendiz, como estágio.

"Acordo às três da madrugada e saio para trabalhar. Não consigo dormir direito, fico cansado demais e não tenho coragem para estudar..." (Claudenilson, 13 anos. Município de Palmares/ PE)

"Eu só sonho coisa boa... mas na vida não acontece o que sonho... só o contrário... Minha diversão...!!? Chegar em casa, tomar banho, comer e, dormir, tou cansado demais..." (Carlos Adriano, 15 anos. Município de Cortês/PE)

Você Sabia?

É possível obter a obra marxista em várias línguas pelo site *Marxists Internet Archive*, disponível em <http://www.marxists.org/>

Esta em processo de tramitação na Universidade Estadual de Londrina o projeto de convênio entre as Universidades Estadual de Londrina e Federal da Bahia. O convênio está sendo proposto pelos Grupos de Pesquisa MHTLE/UEL e LEPEL/UFBA, objetivando desenvolver conjuntamente o Projeto de Pesquisa Levantamento, catalogação e análise da produção do conhecimento referente aos estudos do lazer no Brasil.

Curtas...

Já está no ar a página do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxismo, História, Tempo Livre e Educação - MHTLE, estruturada pela estudante de Pós-graduação Priscila Maia, que, com muita sensibilidade, elaborou uma página leve, bonita e funcional. Nela, você vai encontrar informações sobre os objetivos, os membros, o referencial teórico, as linhas de pesquisa que vimos desenvolvendo, os projetos, as parcerias, a agenda, os eventos, a produção, a versão eletrônica do Boletim Germal, dicas de links interessantes e os contatos do Grupo. O endereço do Grupo é <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/mhtle/>

Ocorreu em 14 de março de 2008 o I Colóquio do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxismo, História, Tempo Livre e Educação (MHTLE) com a presença da professora e historiadora Prof. Dra. Maria de Fátima Rodrigues Pereira discorrendo sobre a temática: *Para Compreender as teorias do conhecimento, um pouco de história da ciência...* Na ocasião, a professora reuniu-se com membros do grupo de pesquisa e outros estudantes interessados para discutir os projetos em andamento no MHTLE.

A Secretaria Estadual do CBCE no Paraná estará promovendo em conjunto com as demais secretarias da Região Sul o IV Congresso Sul-brasileiro de Ciências do Esporte com a temática *Ciência e Experiência: aproximações e distanciamentos*. O evento ocorrerá no período de 19, 20 e 21 de setembro de 2008, no Centro de Capacitação de Professores do Estado do Paraná em Faxinal do Céu - PR. As inscrições de trabalhos podem ser feitas no período de 20 de maio a 01 de julho de 2008, no site <http://cbce.tempsite.ws/congressos/index.php/CSBCE/IVCSBCE>. Maiores informações podem, ser obtidas através do correio: 4csbce@faculdadequairaca-moodle.com.br.

A sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência estará realizando a 60ª edição da Reunião Anual da SBPC que ocorrerá de 13 a 18 de julho na UNICAMP, em Campinas/SP, com a temática *Energia - Ambiente - Tecnologia*. O Grupo MHTLE está levando 03 trabalhos para esta edição da SBPC.

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação estará realizando em Caxambú, no período de 19 a 22 de outubro de 2008, a 31ª Reunião Anual da ANPEd, com a temática "Constituição Brasileira, Direitos Humanos e Educação". Este evento contemplará temáticas de interesse da comunidade científica e contará com conferências, mesas-redondas, debates, minicursos, apresentações de trabalhos e pôsteres, proporcionando a divulgação da produção acadêmica e o intercâmbio de experiências e informações entre pesquisadores, docentes e estudantes da pós-graduação na área da educação. Participe!

A professora Elza Peixoto, líder do MHTLE, entrou com pedido de credenciamento no Programa de Mestrado em Educação Física UEM/UEL, obtendo aprovação. Nesta condição, passa a ministrar aulas e orientar a partir do ano de 2009.

O Grupo MHTLE entrou com um pedido de solicitação de espaço (instalações físicas) ao Diretor do Centro de Educação Física e Esportes (CEFE), obtendo a informação de que *não há espaço disponível*. Com esta resposta, os 10 membros do grupo de pesquisa (sendo 01 orientando de iniciação Científica Júnior, 06 Trabalhos de Conclusão de Curso - sendo 02 bolsistas de inclusão social e 01 bolsista de iniciação científica - 01 professor da rede municipal de ensino e 01 professora substituta) permanecem sem condições de desenvolver os projetos aos quais estão vinculados.

Expediente:

Coordenação editorial: Elza Margarida de Mendonça Peixoto

Comissão Editorial: José Claudinei Lombardi, Maria de Fátima Rodrigues Pereira, Celi Nelza Zulke Taffarel, Kátia Oliver de Sá, Francisco Máuri de Carvalho

Colaboração: Lalo Watanabe Minto, Kátia Oliver de Sá, Cláudio Lyra Santos Júnior, Maria de Fátima Rodrigues Pereira, Carlos Lucena

Projeto Gráfico: Jesuino Vitorelli

Tiragem: 200 exemplares

Impressão: Gráfica da Universidade Estadual de Londrina